



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE – POLO GURUPÁ
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LINGUAGENS E CÓDIGOS**

CLÉSIO CASTRO GOMES

**A importância da cultura local para a educação no quilombo Maria Ribeira, em
Gurupá, Pará**

GURUPÁ-PARÁ

2020

**A importância da cultura local para a educação no quilombo Maria Ribeira, em
Gurupá, Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Etnodiversidade sob orientação do professor Dr. Paulo Roberto Vieira.

GURUPÁ-PARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

G633i Gomes, Clésio Castro.
A importância da cultura local para educação no quilombo
Maria Ribeira, em Gurupá, Pará / Clésio Castro Gomes. — 2020.
20 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Roberto Vieira
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de
Etnodiversidade, Altamira, 2020.

1. Quilombo Maria Ribeira. 2. Educação . 3. Literatura. I.
Título.

CDD 370.1931

RESUMO

Este relato de experiência faz uma reflexão sobre a importância que a educação do campo tem na preservação da cultura e da memória local na comunidade quilombola Maria Ribeira, em Gurupá, Marajó, Pará. Minha motivação para escrevê-lo se liga ao fato de nos sentirmos fragilizados em nossa terra. Pois a cada momento que morre uma liderança no Ribeira, parece que parte da nossa cultura se vai juntamente com aquela pessoa que morreu e o medo de todas essas manifestações ficarem somente na lembrança nos corrói. A partir dos dados desta pesquisa, levando em conta os movimentos e manifestações históricas e culturais do quilombo Maria Ribeira, considero que a educação é a principal ferramenta ao processo de transformação. E a literatura tem uma importância efetiva no contexto geral de construção interna da história e da cultura da comunidade quilombola Maria Ribeira.

Palavras-Chaves: Quilombo Maria Ribeira, Educação, Literatura.

1. INTRODUÇÃO

Este relato de experiência faz uma reflexão sobre a importância que a educação do campo tem na preservação da cultura dos povos do rio e da floresta, pois ela assegura o direito de o aluno mostrar e aprofundar-se sobre a importância cultural desses povos, buscando compreender sua origem, seu modo de vida, suas manifestações culturais, e assim sua história como um todo.

Preservar a identidade cultural do povo das comunidades tradicionais significa proteger sua integridade e isso é muito importante porque envolve sua dignidade de modo geral. Paulo Freire, no texto *Educação e mudança*, diz que uma determinada época histórica é constituída por determinados valores, com formas de ser ou de comportar-se, mas que buscam plenitude:

Enquanto estas concepções se envolvem ou são envolvidas pelos homens, que procuram a plenitude, a sociedade está em constante mudanças. Se os fatores rompem o equilíbrio, os valores começam a decair; esgotam-se, não correspondem aos novos anseios da sociedade. Mas como esta não morre, os novos valores começam a buscar a plenitude. A este período, chamamos transição. Toda transição é mudança, mas não vice-versa (atualmente estamos numa época de transição). (FREIRE, 1979, p. 17).

Então percebe-se que a educação dos jovens de hoje não é como era a dos jovens de ontem, há sempre um movimento de mudança. Mas sabe-se também que no decorrer das épocas a transferência de conhecimentos pela tradição ainda é o principal instrumento

como base de conhecimento na vida das pessoas, especialmente aos povos das comunidades tradicionais: índios, quilombolas e ribeirinhos, pois eles têm muito a acrescentar de seus conhecimentos quando passam pelo processo educacional na educação do campo, quer dizer, eles têm muito a somar.

Mas quando o indivíduo é integrado na escola formal, esses conhecimentos podem se revelar muito mais, superando todas as expectativas, é como se fosse uma peça bruta sendo esculpida, ou seja, a escola é a porta de entrada para o conhecimento e só ele muda as pessoas. Os primeiros contatos na escola, interatividades, as práticas pedagógicas tudo isso faz parte da importância que a educação tem para o aluno do campo.

Antoni Zabala não concorda que escola e sociedade tenham uma relação aberta de modo que uma seja independente da outra já que “A capacidade de uma pessoa para se relacionar depende das experiências que vive, e as instituições que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si e as demais” (ZABALA, 1998, p. 28). Nota-se que o dever da escola é muito mais do que ensinar as matérias, temos que entender as formas metodológicas que estão sendo desenvolvidas nesse processo educacional, levando em consideração a valorização da cultura desses povos, sua manifestação cultural já diz muito sobre sua vida. Ela é o combustível principal.

Não se pode viver sem cultura e documentos oficiais garantem o direito de ser implementada, como meta, a cultura considerando a realidade e história de certos locais. Embora muitas vezes essa realidade ainda seja desconsiderada pelas instituições, principalmente nas escolas do campo, levado em conta somente o sistema de ensino urbanocêntrico e as manifestações culturais deixadas em segundo plano. A Lei de Diretrizes e Bases, (LDB) afirma em seu artigo 1 que:

A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LEI n 9.394, de 20 dezembro de 1996, presidência da república Brasília - DF)

Diante disso, observa-se que é evidente que os direitos estão garantidos, logo devem ser usufruídos. Por isso, é preciso lutar por eles quando não são implementados. Nesse sentido, as dimensões curriculares, que são competência dos órgãos educacionais, devem ser repensadas na escola do campo visando a cultura local no plano curricular.

Sobre essa discussão é válido refletir com Sacristan, sobre os currículos, quando faz uma comparação sobre as propostas pedagógicas:

Existe uma cultura que propõe conteúdos para os currículos; há outra cultura mediadora, dos professores; propõe-se um conhecimento peculiar expresso nos materiais didáticos; e, fruto das interações entre tudo isso, sugere o conhecimento escolar que é transferido aos alunos (SACRISTAN, 1988, p. 196).

Nota-se a necessidade de se estabelecerem as práticas pedagógicas de acordo com a realidade do local. Ainda hoje é perceptível que nas escolas do campo, na maioria das vezes, há o pedido das secretarias de educação para que se cumpra o modelo de ensino com a matriz curricular nacional. Assim, percebe-se que nunca é levada em conta a realidade de uma escola em terras de remanescentes de quilombo.

Mas, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola na Educação Básica (2012):

Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos”. (BRASIL, 2012, p. 34).

Fica claro que, depois de anos de reivindicações populares, a legislação brasileira já amparou as comunidades quilombolas, que podem propor nos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), o sistema de educação diferenciada, isso é uma grande conquista.

Neste ponto devo dizer que sou estudante do Curso de Educação do Campo, com habilitação em linguagens e códigos, na Universidade Federal do Pará - UFPA, Campus de Altamira, polo de Gurupá. O curso é dividido nas seguintes etapas: Tempo Universidade (TU), consiste em períodos de estudos na universidade, sendo realizadas práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem por parte dos docentes e a socialização das pesquisas de campo, realizadas por nós, discentes, geralmente nas comunidades onde vivemos. Os Tempos Comunidade (TC) são os períodos em que realizamos essas pesquisas e levantamentos na comunidade, quando não estamos na universidade, essas pesquisas estão relacionadas com o sistema de organização escolar, estrutural e educacional, como um todo.

Além do mais, no curso é realizado o estágio de docência supervisionado. Meu primeiro estágio no ensino fundamental foi realizado na Escola Castro Alves, no

Quilombo Maria Ribeira, município de Gurupá, estado do Pará, com vinte e um alunos do sexto e sétimo ano no período de 15 de setembro à 14 de novembro de 2018. Segundo estudiosos que se debruçam sobre a questão quilombola:

Na história do Brasil, os quilombos foram reconhecidos pela administração do período colonial por sua constituição a partir das formas de resistência dos africanos ao sistema escravocrata. Retirados de sua terra natal e trazidos à força para as terras brasileiras para o trabalho escravo em grandes fazendas, engenhos e garimpos, os africanos organizaram-se dos modos mais diversos, em rejeição ao sistema de escravidão a que foram submetidos. (CARVALHO & LIMA, 2013, p. 330).

Dessa forma, entende-se que uma área de remanescente de quilombo é um lugar onde o território é coletivo, cujo moradores tem seus costumes e identidades próprias e preservam a memória de seus ancestrais. Hoje em dia há muitas áreas de quilombo reconhecida no Brasil. Portanto, quilombolas é o grupo de afrodescendentes que foi trazido da África para trabalhar escravizados no Brasil pelos portugueses, esses grupos de pessoas, ao longo dos tempos, lutaram por seus direitos de liberdades, reconhecimento de posses de terra, para trabalhar e ao se reunirem para habitar em uma comunidade formavam os quilombos.

Dando continuidade a descrição das minhas atividades acadêmicas, estagiei com quatorze alunos do oitavo e nono ano na referida escola no período 3 a 30 de abril de 2019, ambos os estágios foram sob a supervisão de Kleiton Serra de Castro, professor titular da disciplina de língua portuguesa na escola do quilombo.

Já no ensino médio, realizei o estágio na Escola Estadual de Ensino Médio Marcílio Dias, situada na rodovia Gurupá-Pucuruí, bairro nNossa Senhora das Graças, primeiramente com a turma de primeiro ano M1MR02 manhã 1, médio regular, turma 02, com quarenta e nove alunos no período de 26 de setembro à 19 de novembro de 2019, sob supervisão da professora titular da turma Marinete Silva Martins. Ainda no ensino médio, estagiei na turma de terceiro ano M3MR02, manhã 3, médio regular, turma 02, com quarenta e sete alunos no período de 29 de setembro a 30 de novembro de 2019 sob supervisão do professor titular da turma Jacy Pastana.

Sou nascido e criado nesse quilombo, tenho muito amor por essa terra, sou eternamente grato por tudo que somos e tudo que temos no quilombo e como acadêmico

do curso de educação do campo na Universidade Federal do Pará, não poderia deixar passar a oportunidade de contar um pouco sobre nossa história que tem “muito de tudo”, sofrimento, muita batalha, mas também um gosto especial de cada conquista alcançada.

Por esse motivo resolvi fazer uma reflexão sobre a importância da educação para a sobrevivência da cultura local, buscando entender nesse contexto o ponto de vista dos representantes da escola formal sobre o incentivo à continuidade do movimento que nos identifica, que demarca o que realmente somos.

O Quilombo Maria Ribeira está localizado no município de Gurupá, estado do Pará, na margem direita do rio Amazonas, com uma distância de aproximadamente vinte e um quilômetros em linha reta da cidade de Gurupá ao quilombo, cerca de uma hora e cinquenta minutos de viagem de barco a motor. Possui 60 famílias que moram no quilombo desde a sua criação e um pouco mais de 20 famílias que migraram, mas que ainda têm registro como morador, totalizando 82 famílias oficialmente. Nesse quilombo há uma história de luta e resistência contra o sistema patronal, quando os mesmos queriam tomar suas terras, foram as primeiras batalhas que as famílias dessa comunidade tiveram que enfrentar.

Isso também foi observado pela pesquisadora Simone Rezende da Silva, em *Quilombo no Brasil*:

Antes e depois da abolição da escravatura o território brasileiro esteve marcado pela presença de comunidades negras que ainda hoje resistem às pressões de latifundiários, de especuladores imobiliários e até mesmo do poder público pela manutenção ou reconquista de seus territórios. Desta forma, o processo de territorialização quilombola constitui-se muitas vezes, na luta para continuar a existir, na reinvenção de uma identidade política portadora de direitos que é informada por uma memória ancestral. (SILVA, 2008, p. 1).

Quanto a defesa de nosso território posso dizer que foi o pontapé inicial na busca pela nossa liberdade e depois a forma como nós fomos nos organizando para que pudéssemos obter o bem-estar de todos em nossa comunidade. Começou pelos nossos antepassados, avós, nossos pais e hoje somos nós que teremos que dar continuidade em tudo que foi construído e deixado para nós. Nossa cultura é a nossa identidade, portanto não deixa de ser uma herança dos nossos ancestrais para que possamos continuar preservando vivas nossas manifestações culturais. Isso também significa, zelar pela

memória e manter de alguma forma a presença viva dessas lideranças que já partiram dessa vida.

Este relato tem o objetivo de apresentar resultados sobre a cultura e a escola da comunidade a partir de entrevistas realizadas com lideranças mais velhas, assim como professores, pais e alunos que vivem no quilombo Maria Ribeira, mostrando a importância das manifestações culturais para a construção de uma sociedade justa na conservação de seus costumes e memórias.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA NO QUILOMBO

A escola analisada oferece em sua grade de ensino as seguintes turmas: do ensino infantil ao nono ano do ensino fundamental. Nesse contexto, pesquisar sobre o quilombo Maria Ribeira e a importância da educação para a sobrevivência da cultura na escola Castro Alves, foi muito importante para a escola, porque provocou uma discussão saudável sobre a continuidade da cultura local e o que devemos fazer para que não se acabe essas manifestações culturais. Mas de que maneira realizar essa pesquisa?

“O ser humano, valendo-se de suas capacidades, procura conhecer o mundo que o rodeia. Ao longo dos séculos, vem desenvolvendo sistemas mais ou menos elaborados que lhe permitem conhecer a natureza das coisas e o comportamento das pessoas.” (GIL, 2008, p. 1). Com essa definição sobre métodos e técnicas de pesquisa social, Antônio Carlos Gil nos dá as pistas de como fazer o levantamento de uma problemática e procurar entender sobre uma pesquisa.

Minhas pesquisas iniciaram no ano de 2016, durante os Tempos Comunidade, e foram realizadas da seguinte forma: O primeiro tempo comunidade, que ocorreu de 28 a 18 de setembro do ano de 2016 e visava a realização de uma investigação inicial acerca do território em que a educação básica do campo se dá, cujo foco foi a comunidade e as famílias a quem a escola se destina, visando conhecer aspectos da sua realidade sócio histórica, cultural e econômica.

No segundo tempo comunidade, que foi realizado no período de entre 2 a 5 de março de 2017, a investigação voltou-se sobre o espaço escolar, das condições de trabalho e de ensino dos professores, das práticas curriculares que orientam o trabalho pedagógico, das ausências ou presenças das características dos modos de vida tradicionais no currículo escolar.

Já no terceiro tempo comunidade, que foi realizado no período de 10 a 23 de setembro de 2017, a investigação foi feita sobre as situações de ensino aprendizagem nas na área de linguagem o foco foi todos os sujeitos envolvidos no ensino: os professores e os alunos na relação didática cotidiana onde ambos vivenciam o trabalho pedagógico com o saber naquela área específica por meio da disciplina de língua portuguesa.

Todos os tempos comunidades tiveram o seu relatório e cada tempo comunidade tinha uma carga horária em que prevalecia quarenta horas sendo que dez horas era de observação no espaço escolar e trinta horas era de regência e sob observação do professor titular da disciplina de língua portuguesa da escola.

Essa pesquisa é qualitativa, com entrevista semiestruturada, aplicada a três professores da escola, ambos do sexo masculino, quatro lideranças do quilombo, dois do sexo masculino e duas do sexo feminino, das lideranças do sexo masculino, uma tem 78 anos, a outra tem 63 anos, já as duas do sexo feminino uma têm 89 anos e a outra tem 67, dois alunos da referida escola, sendo um do sexo masculino e uma do sexo feminino, de 18 e 19 anos respectivamente. Os registros das entrevistas foram feitos através de gravações de áudio com celular e também com caneta esferográfica usando caderno de anotações, posteriormente transcrevi os áudios e anotações e digitando ao notebook.

3. O SURGIMENTO DO QUILOMBO MARIA RIBEIRA

O Quilombo Maria Ribeira estende a história de sua existência ao longo de várias gerações. Diz a lenda que há muito tempo atrás havia uma senhora moradora do lugar cujo nome era Maria Ribeira. Naquele tempo não havia transporte fluvial motorizado para se locomover até a sede do município de Gurupá com mais rapidez, embora fosse feito o transporte, porém, de casco a remo o que levava em média de cinco a seis horas de viagem remando dependendo da maré, na época de inverno, devido a maré cheia as viagens eram mais “fáceis” já na época de verão as viagens se tornavam muito difícil devido à seca no igarapé só se viajavam por maré. E quando falecia uma pessoa da comunidade as pessoas tinham que levar o cadáver para fazer o sepultamento na cidade.

Sobre o surgimento das áreas de quilombo no Brasil, uma estudiosa do tema afirma que:

Assim sendo, a noção de quilombo não se restringe aos casos de fuga em massa e refúgio de escravos, mas refere-se, sim, à formação de grupos familiares que, buscando uma produção autônoma e livre,

baseada na cooperação, faziam frente ao sistema escravocrata destaca que muitos casos de formação de quilombos estão em relação com os “processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas”, que acabaram por constituir territórios autônomos no interior da Colônia. Percebem-se, assim, as diversas trajetórias seguidas na composição dos quilombos no Brasil, de acordo com suas particularidades regionais e seu contexto histórico. (CARVALHO e LIMA, 2013, p. 331).

O primeiro nome do lugar era Guajará-Açu e Maria Ribeira, nome de uma mulher que ali habitava. Ela tinha uma grande influência na comunidade devido a ser uma mulher muito sabia na produção de remédios caseiros, o que hoje chamamos de ervas medicinais. Além do mais, era benzedeira, parteira e rezadeira na época de festejos de santos, ou seja, ela era uma liderança nata do lugar. Já com seus mais de cem anos de idade um dia dona Maria Ribeira veio a falecer. Era época de verão, depois do velório dela em seu cortejo embarcaram em uma canoa e partiram para cidade de Gurupá, só que a maré secou e então as pessoas tiveram que enterrar a falecida as margens do igarapé com medo de que seu corpo viesse a se decompor, foi aí que então o nome do igarapé ficou batizado como Maria Ribeira e logo depois a comunidade de modo geral. Mas isso não foi registrado, pois na época não havia escola no quilombo as pessoas não sabiam ler e nem escrever.

De acordo com Simone Rezende Silva, sobre a memória:

A memória, neste sentido, tem grande importância, visto que em geral se tratam de comunidades iletradas, de forte tradição oral e que encontram na reinvenção de suas identidades uma oportunidade de recriação historiográfica. Esta pesquisa parte, portanto, dos relatos orais de populações quilombolas para entender as relações existentes entre memória, território e identidade quilombola, na manutenção dos direitos destas populações. (SILVA,2008, p.355).

4. SOBREVIVÊNCIA, DEGRADAÇÃO, TÍTULO DE RECONHECIMENTO, PROJETOS E MELHORIAS NO QUILOMBO

Desde antigamente em nosso quilombo todos trabalhavam na lavoura, plantavam diversos tipos de frutos, ainda que de forma limitada devido as terras serem do patrão, laranja, mandioca para produção de farinha, cará, batata doce, enfim, uma grande diversidade de frutas e legumes.

A alimentação era também à base de caça e pesca, essa diversidade ainda existe até os dias atuais, as pessoas ainda plantam bastante frutas e legumes, porém o que se percebe é que a alimentação a base de produtos industrializados, como frangos e enlatados, aumentou muito, já que não se cria mais como antes. Além disso, o peixe é capturado mais por safras e a caça diminuiu bastante provavelmente pelo aumento da população.

Para completar esse quadro, no ano de 2010 surgiu um projeto de manejo florestal na região, com retirada de madeiras em larga escala, isso contribuiu bastante para diminuição da caça. Esse projeto se estendeu por dez anos e não foi só no quilombo Maria Ribeira, mas em todas as comunidades vizinhas, trazendo, ao seu término, grande prejuízo à biodiversidade local.

A partir da década de setenta houve o início da criação das CEBES, Comunidades Eclesiais de Bases, através da igreja católica, movimento catequético que visava as organizações das comunidades do município de Gurupá, assim como organização dos movimentos sociais na luta por políticas públicas que viessem garantir a sobrevivência dos povos tradicionais em seus territórios, além da reivindicação pelos direitos garantidos em várias áreas do eixo organizacional do movimento.

Foi aí então que através de muita luta, em 1999, o quilombo Maria Ribeira conseguiu o seu título definitivo de reconhecimento como área de remanescentes de quilombo, título este coletivo da terra, assim como a certidão de auto definição, expedida pela Fundação Palmares em Brasília no dia primeiro de novembro de 2011.

A partir da mobilização dos moradores do quilombo e de várias reivindicações ao poder público, começaram a ser implementados projetos de políticas públicas na comunidade, como: sistema de abastecimento de água tratada, construção de moradias para as famílias do quilombo e energia elétrica.

Isso também foi observado, na Bahia, por Camélia Aparecida Silva Miranda.

Relatavam sobre os avanços da comunidade no pós-reconhecimento, como a decolagem da autoestima e sobre os projetos que chegaram à comunidade. A partir do processo de reconhecimento observamos que algumas mudanças ocorreram no campo social, político e econômico. No social, alguns projetos culturais foram colocados em prática, contribuindo para a decolagem da autoestima da população e a visibilidade no próprio município. (MIRANDA,1998, p. 256).

Os projetos que foram realizados no quilombo Maria Ribeira, foram muito importantes para os moradores da comunidade, com relação ao desenvolvimento da qualidade de vida dessas pessoas. A conquista da terra serviu para que as famílias tivessem mais liberdade de cultivar a terra de maneira mais ampla, por exemplo, planejar uma área de criação de animais, ampliar suas áreas de cultivo, coisas que eles não podiam fazer antes, só se fosse com a ordem do patão, que se dizia dono das terras.

Hoje conseguimos vender os produtos para outros lugares dentro e fora do município. Mas na época do patão tinha que entregar os produtos apenas para ele que pagava o valor que queria. Ainda era o modelo de troca de produtos da terra por produtos do comércio e o patrão explorava o quanto podia.

Assim, agora além de poder usar a madeira do lugar para construir suas moradias, quem era seringueiro pode comercializar sua borracha a dinheiro vivo, coisa que não era comum na época passada.

O Projeto de água tratada também foi e é até hoje uma grande benfeitoria para comunidade. Naquele tempo morriam muitas crianças com problemas de diarreia e até mesmo adultos, principalmente pessoas idosas: vômitos e diarreias eram doenças muito frequentes na época. Com o uso de água tratada esses problemas foram resolvidos e é muito difícil hoje em dia pessoas relatarem problemas com esses tipos de doenças em nosso quilombo.

Um outro projeto muito importante que deu certo foi o Projeto de Habitação Rural (PNHR), que foi a construção de moradias para todas as famílias do quilombo, uma parceria da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Maria Ribeira com o Projeto Nacional de Habitação Rural do Governo Federal. Foram feitas casas com dez metros de comprimento e oito metros de largura, com dois quartos, uma cozinha e um banheiro interno. São 55 casas construídos em três áreas do quilombo; Ribeira 1, Ribeira 2 e Ribeira 3.

Na primeira etapa foram construídas 5 casas, na segunda etapa foram construídas 20 e na próxima foram 30 casas, podendo ser renovado o projeto. Afinal, já muitos jovens estão constituindo famílias. Uma proposta da comunidade para realização do projeto foi o modelo de mutirão assistido, ou seja, as famílias se ajudando na condução de materiais

de construção. Lembrando que o projeto da água contribuiu bastante já que todas as casas construídas têm acesso a ela.

Um outro projeto que foi executado recentemente foi o projeto da Luz Para Todos, nesse caso foi a mobilização de todas as comunidades quilombolas da área de terra firme que gerou o benefício. Todos os projetos que foram executados no quilombo Maria Ribeira beneficiam diretamente todas as famílias da comunidade que tem seus direitos assegurados, como propõe o regimento interno da associação.

Sobre os direitos dos moradores do quilombo, a associação dos remanescentes de quilombo da Maria Ribeira tem seu regimento interno, especificando sobre os direitos e deveres de cada morador do quilombo, com um adendo de que para gozar de todos os direitos deve-se cumprir com seus deveres.

5. A CRIAÇÃO DA ESCOLA CASTRO ALVES

Em 2006, o quilombo, em parceria com o governo do estado do Pará, por intermédio da SEDUC, Secretaria Estadual de Educação, conseguiu a construção de uma escola com seis salas de aulas.



Figura 1 – Escola Castro Alves e uma sala de aula em funcionamento, comunidade quilombola Maria Ribeira, Gurupá, Pará. 2019.

A escola do quilombo possui seis salas de aulas, uma secretaria, um refeitório e dois banheiros. A escola tem 48 quarenta e oito metros de comprimento e 6 seis metros de largura. Seu funcionalismo conta com oito professores, quatro merendeiras, uma servente e um barqueiro. Com exceção do barqueiro todos os funcionários são concursados. Todos os professores têm ensino superior completo e cada um trabalha de acordo com a disciplina de sua formação. Além do mais, são residentes desse quilombo.

A escola atende, em sua grade de ensino, do ensino infantil ao nono ano do ensino fundamental. Pode-se dizer que ao longo desses anos todos, desde sua criação na década de 1980, já foram colhidos muitos frutos, pois vários profissionais da área da educação e da saúde que hoje em dia estão estabilizados em suas vidas estudaram nessa escola.

O perfil de todos os alunos que pela escola passaram: filhos de trabalhadores rurais naturais desse quilombo. Localizada em uma área ampla na comunidade, essa escola é uma referência no município sendo contemplada pelas belezas naturais. Pois a beleza da comunidade não se limita somente ao entorno das suas dependências, mas, sim, à comunidade de forma geral. Seus igarapés, rios, árvores e suas florestas agregam uma beleza que dá luz e alegria a esse lugar.

5. HISTÓRIAS QUE OS MAIS VELHOS ME CONTARAM

5.1 A CONQUISTA DA TERRA DE QUILOMBO

Sem dúvida uma história muito contada pelas pessoas mais velhas desse quilombo fala sobre a luta da conquista da terra, que para conseguirmos esse lugar a batalha foi muito grande. Naquela época na década de oitenta os patrões se diziam donos da terra, os sistemas patronais exploravam os moradores do lugar, através da troca de mantimentos por borracha de seringa.

Esses patrões eram donos de muitas terras inclusive as terras da Ribeira. Oscar Santos era o patrão que se dizia dono do lugar. Um certo dia ele resolveu vender as terras da Ribeira, o trecho de área da várzea, onde tinha muito açaí, palmito, seringa, Andiroba e várias espécie de madeira valiosas, além de vários ramais de igarapés onde se concentravam muitos peixes.

Oscar Santos era político muito influente na época em meados da década de oitenta para ser exato mil novecentos e oitenta e cinco e tinha muitos amigos da alta cúpula da sociedade Gurupaense, era prefeito do município e já tinha entrado em contato com um fazendeiro chamado Arnaldo, do município de Porto de Moz. Ofereceu-lhe as terras da Ribeira diziam que iam transformar todas essas terras em fazendas.

Foi então que as famílias que moravam aqui se reuniram e foram até esse patrão e pediram a preferência de compra do lugar, sem saber exatamente como iriam pagar. Oscar disse que não venderiam para as famílias porque eles não tinham como pagar. Então as famílias começaram uma luta de resistência. Diziam que não iriam deixar transformar essas terras em fazendas. Assim, as lideranças que faziam parte da linha de frente da organização da comunidade eram ameaçadas frequentemente de morte.

No entanto, na mesma época Oscar Santos adoeceu e faleceu, e as propriedades passaram para as mãos de seu filho, Antônio Borrvalho dos Santos. Um dos líderes da comunidade, Duca Castro, teve a ideia de tirar o palmito em grande quantidade da área de várzea, vender e, com o dinheiro do palmito, pagariam as terras.

Reuniram toda a comunidade em uma grande mobilização e levaram a proposta para o Antônio Borrvalho, que imediatamente aceitou a proposta argumentando que ao invés de vender as terras para uma pessoa de fora, vendia para os moradores do local. Assim fizeram negócio, parcelaram em duas partes o pagamento, as famílias tiravam o palmito vendiam e pagaram as terras. Foram anos de lutas e negociação e muita resistência, mas finalmente foi comprada a terra esse processo de compra iniciou-se no dia (10) dez de janeiro de mil novecentos e oitenta e oito sendo finalizado em (19) de outubro de mil novecentos e oitenta e nove, nosso grande sonho conquistado.

Hoje em dia muitas lideranças que estiveram na luta pela compra da terra já morreram, mas ficaram seus filhos que já constituíram famílias, e podem usufruir-se da terra e das benfeitorias que a terra nos oferece. Assim, em 20 de novembro do ano de 2000 dois mil, foi expedido pelo (ITERPA) Instituto de Terras do Pará o título definitivo da criação da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Maria Ribeira - ARQMR. Com todos os direitos legais da referida entidade, com seu estatuto próprio e regimento interno criado pelos próprios moradores da comunidade. Cada membro assumindo o compromisso de cumprir com seus deveres. Gozando das benesses que a associação oferece para seus moradores, através da associação já foram conseguidos vários projetos sociais que beneficiam diretamente os moradores do quilombo.

5.2 FESTA DO SANTO

Outra história que sem dúvida faz parte da vida das pessoas da comunidade são os festejos de santos que ao longo do tempo acontecem na comunidade. Antigamente eram seis festejos durante o ano: Santa Apolônia, no mês de fevereiro, Divino espírito santo,

em maio, são João, em junho, santíssima Trindade, em julho, santa Maria, em agosto, e são Francisco, em outubro.

Cada festejo tem a duração de nove dias e um ritual. É um período onde as pessoas se encontram com amigos de longas datas, outros tem a oportunidade de fazer novas amizades. As pessoas trabalham para conseguir recurso financeiro para poder confraternizar com a alimentação e proporcionar o bem-estar para os que participam daquele festejo.

É uma época de encontros e reencontros, as pessoas se alegram, dançam e “colocam as conversas em dia” como diria meu avô, só que de algum tempo para cá notou-se que esses festejos “fraquejaram”, principalmente com a chegada da energia elétrica as pessoas não estão conseguindo realizar os festejos como antigamente. Meu avô dizia que o progresso é bom, mas às vezes atrapalha, as pessoas mais velhas temem que essas manifestações culturais acabem ficando somente na história do quilombo. Hoje em dia os jovens já estão envolvidos com outras coisas, muitos planejam estudar ou trabalhar em outros lugares, outros constituem famílias com pessoas de outros locais e acabam indo em bora do quilombo.

Certamente ao longo de toda a história do quilombo Maria Ribeira já passaram várias gerações que realizaram essas manifestações culturais e conseguiram levar em frente esses festejos, hoje em dia já não podemos garantir se haverá continuidade, e isso se torna um assunto preocupante e que divide a opinião das pessoas no lugar.

Hoje em dia o festejo de são João que era realizado em junho não existe mais, acabou, já está só na lembrança. Houve uma época que o festejo do divino espírito santo parou de ser realizado, por três anos, justamente porque morreram os foliões e os jovens não aprenderam os rituais desses festejos.

O vô Dudu (meu avô) falava que as pessoas gostam dessas manifestações, mas não se interessam em dar continuidade, porque ela exige um certo conhecimento, das folias, melodias, letras e cada momento de cerimônia, que são os rituais. E as pessoas se identificam muito com esses momentos de festejos, momentos que se tornam especiais. Parece que as pessoas ficam muito emotivas com o período e a expectativa pelos festejos é muito grande, porque por mais que as pessoas já tenham o costume de assistir e participar daqueles rituais em anos anteriores de celebração, há sempre algo novo a acontecer.

Depois que o festejo termina as pessoas tem muitos assuntos para comentar: é o encontro com um amigo que há muito tempo não via; é aquela namorada que voltou; às vezes eles comparam a festividade de um ano para o outro, tipo, “ano passado teve aquilo”, “foi realizado tal coisa”, “a fulana ainda era solteira”, “beltrano também não tinha casado”, “a alimentação foi assim, assado”, enfim, assunto é o que mais sobra.



Figura 2 – Momentos de manifestações culturais no quilombo Maria Ribeira (maio e junho de 1995)

5.3 PORTO DAS PEDRAS E *BANCADA*

Uma outra história que me chamou bastante a atenção é sobre um lugar chamado Porto das Pedras. Fica aqui no quilombo. Minha avó dizia que esse porto é encantado, e que existe ouro debaixo das pedras, no entanto, ninguém pode tirar esse ouro porque existe vários guardiões que protegem esse lugar que é encantado.

Ela falava também que as pessoas que morriam aqui no quilombo eram levadas por esses guardiões que as encantavam para sempre debaixo das pedras. Os curandeiros, daqui, que fazem *bancada*, dizem que seus caboclos vêm debaixo das pedras para curar as pessoas quando estão doentes. A *bancada* é quando o curandeiro invoca seus caboclos para ensinar remédios caseiros.

É uma infinidade de remédios caseiros, cada um para um tipo de doença. Funciona da seguinte forma: quando uma pessoa está doente, ela mesma ou algum familiar solicita ao curandeiro uma *bancada*, então eles marcam um momento para fazer esses rituais, geralmente é à noite. As pessoas reúnem na casa do doente e acompanham todos esses rituais.

Minha vó, Seara era curandeira, ela tinha seus caboclos que moravam debaixo dessas pedras, ela falava que crianças que não eram batizadas, o pai, ou a mãe, não podiam

dar banho nessas crianças a partir das seis horas da tarde nesse porto ou teria que pedir licença em voz alta para esses caboclos o deixarem tomar banho.

Cada caboclo tinha seu próprio nome e cuidava de um tipo de doença. Eu lembro que ela falava no Inambu, Tuíra, Joãozinho Rompe Mato e o Quebra Ferro. Eram os caboclos que ela tinha, ou seja, que ela incorporava, e já tinham sido caboclos da mãe dela no passado.

Ela cantava umas músicas muito diferentes do que se ouve em geral, então chamava de “cantiga do fundo”, depois ela tomava uma bebida que ela mesma preparava e que só ela podia beber. A gente ficava com muito medo, a voz dela engrossava o tom, Ficava como voz de homem. Acendia um cigarro, que não era feito com tabaco, e sim com uma casca de pau do mato com um cheiro forte. Depois ela cumprimentava as pessoas que estavam presentes.

Na *bancada* perguntava para o doente o que ele estava sentindo, e então começava a indicar as ervas medicinais e a ensinar como era para usar. Às vezes era banho que tinha que ser feito, outras vezes era chá para a pessoa doente tomar, e assim por diante. Quando terminava a *bancada* o caboclo se despedia e ia embora para debaixo das pedras, então ela retomava à sua consciência. Dizia que daquele momento não lembrava de nada, todas as pessoas iam embora para as suas casas e no dia seguinte a família da pessoa doente ia providenciar o remédio, às vezes um vizinho tinha um tipo de erva, um outro vizinho tinha outra, assim iam juntado para fazer aquele remédio e, assim, curavam a pessoa.

Quando uma outra pessoa ficava doente, era solicitada outra sessão espiritual, e tudo tornava a se repetir. Às vezes as *bancadas* eram realizadas por minha avó, outras vezes por outro curandeiro. Vale lembrar que eram vários curandeiros que existiam no quilombo. Tinha também a irmã dela, vó Nazaré Serra, ambas já falecidas, e outros curandeiros destacados aqui no quilombo. Atualmente, somente a dona Bena Correia ainda faz esses tipos de rituais, que parecem estar se perdendo.

6. A IMPORTÂNCIA DO USO DAS HISTÓRIAS LOCAIS NA ESCOLA DO QUILOMBO MARIA RIBEIRA

Durante minhas observações nos estágios supervisionados na Escola Castro Alves, notei que os professores usam bastante os livros didáticos, do Ministério da

Educação, trabalhando sobre contos e histórias de outros lugares do Brasil que, muitas vezes pouco ou nada se relacionam aquilo que vivemos no dia a dia do Ribeira.

Não estou dizendo que não devemos conhecer sobre outras realidades, porém, seria muito importante que as histórias do quilombo fossem usadas, como textos a serem trabalhados, escritos e reescritos, na escola. Inclusive em várias disciplinas do currículo escolar. As histórias até aqui relatadas, as “verídicas” e as “fictícias”, Porto das Pedras, o caso das *Bancadas*, A história da compra da terra do quilombo, as festas dos santos são apenas parte da nossa rica e bonita história, que os mais jovens não conhecem.

Compilar essas histórias para oferecê-las aos professores de língua portuguesa, história, etc. Parece uma tarefa que iniciei neste relato de experiência, que pode, (e deve!), ser levada adiante em outros trabalhos que visem a conservação e a valorização de nossa cultura quilombola, de nossa história. Imagine se houvesse uma proposta para os alunos construírem textos ou redação dissertando, descrevendo, recriando, narrando uma história, um conto ou lenda que fale da sua própria realidade, argumentando sobre esses assuntos e defendendo pontos de vista.

Isso proporcionaria um despertar, na busca de tentar entender sobre quem somos e como vivemos, e o que amamos, o que valorizaria cada vez mais a memória do nosso quilombo, os saberes tradicionais, as manifestações culturais, o uso de ervas medicinais, e tantas benesses.

Por esse motivo, diante de todo o histórico de lutas deste quilombo, vejo que a literatura, aliada à educação escolar, é o principal instrumento de incentivo aos jovens a darem continuidade à transmissão de nossa cultura entre gerações, atuando na manutenção de nossas raízes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor Antônio Candido afirma, no texto *O direito à literatura*, que todos os povos, desde suas origens mais antigas, já utilizavam a literatura como forma de garantir a sua história e a sua memória. Sendo a literatura, segundo ele, um poderoso instrumento de instrução e educação, que permeia os currículos, ocupando um papel de equipamento intelectual e afetivo. (CANDIDO, 1995)

Sinto que ficamos fragilizados a cada momento que morre uma liderança no Ribeira, parece que parte da nossa cultura se vai juntamente com aquela pessoa que morreu, e o medo de todas essas manifestações ficarem somente na lembrança nos corrói. Acredito muito nos jovens para dar continuidade na realização dos movimentos culturais e tentei mostrar por meio deste relato um pouco dessa riqueza cultural que persiste, ainda, no coração da Ribeira.

A partir dos dados desta pesquisa, levando em conta os movimentos e manifestações históricas e culturais do quilombo Maria Ribeira, considero que a educação é a principal ferramenta ao processo de transformação. E a literatura tem uma importância efetiva no contexto geral de construção interna da história e da cultura da comunidade quilombola Maria Ribeira.

8. Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1996.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Quilombola. Parecer CNE\CEB n 16 de 2012 Resolução n 08, de 20 de novembro de 2012.

CANDIDO, Antônio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas cidades, 1995.

CARVALHO, R. A.; LIMA, G. F. C. *Comunidades Quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica*. Revista Ciências Sociais, n. 39, v. 2, outubro de 2013, p. 329-346.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Campinas: Paz e Terra. 1979.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

REZENDE-SILVA, Simone. *Negros na mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza*. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Editora Penso, 1988.

ZABALA, Antônio. *Prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.